



Anais da Assembléia

Nºs 117/118

CURITIBA, QUINTA/SEXTA-FEIRA, 02 e 03 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 175ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 1975

QUINTA – FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Lázaro Dumont, Lineu Turra e Rosário Pitelli. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.—

procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE.—

Não há expediente a ser lido

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 112/75, que aprova o Termo Aditivo ao Acordo nº 01/75, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência da Região Sul - SUDESUL e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do projeto Noroeste do Paraná. Parecer favorável da C.C.J.— Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 175ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 1975

QUINTA – FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Lázaro Dumont, Lineu Turra e Rosário Pitelli. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.—

procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela Ordem.

Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum para prosseguimen-to da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados.

Há número para prosseguimento da sessão.

Temos a satisfação de registrar a presença no plenário do Sr. Deputado Federal Joaquim dos Santos Filho e também do Vereador pontagrossense Norberto Jacob Ceccato.

Em discussão a Ata, já lida.

Encerrada a discussão.— Em votação.— Aprovado.

Por falta de energia elétrica, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3. sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 176ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1975.

SEXTA – FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Luiz Carlos Zuk.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Agui-naldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, An-tônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côr-

tes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, Werner Wanderer. 39; achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Enéas Faria, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes. (15).

Verificada a existência, de número legal, o Sr. Presidente declara a berta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE .—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO .—

procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO .—

procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

Mensagem nº 68/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 20 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de RIO BOM, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

Mensagem nº 69/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de QUATIGUÁ, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes" e o Grupo Escolar Silvio Zanini da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem nº 70/75

Curitiba, 29 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de QUATIGUÁ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes", o Grupo Escolar "Silvio Zanini" e o Posto de Saúde da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR.

Governador do Estado.

REQUERIMENTOS:

de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 92/75.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o plenário, seja consignado um voto de louvor à Sucursal Oeste da Televisão Tibagi Canal 11 e dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", sediada na cidade de Cascavel, pelo excelente trabalho que a mesma vem desenvolvendo no tocante à divulgação e atendimento à nossa região oeste, impulsionando o desenvolvimento desse chamado 3º polo geo-econômico do Paraná.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A Sucursal da TV Tibagi canal 11 e dos jornais O Estado e Tribuna do Paraná, demonstrando elogiável interesse pela região oeste do Paraná, há vários anos, com alentado espírito peioneiro instalou-se na cidade de Cascavel, com alcance nos vários municípios daquele quadrante.

Através de equipe de trabalho brilhantemente orientada, conseguiu infundir no setor invejável posição de afirmação e presença, o que se pode traduzir como fator de encorajamento das lideranças que buscam a realização dos reais objetivos da imprensa, que se constitui na contínua prestação de serviços de utilidade pública.

Divulgando corretamente as notícias afetas àquela comunidade e zelando incessantemente pelo exemplar padrão de qualidade já alcançado, sua atuação vem sendo sentida quanto ao prestígio dedicado não só à Capital do Oeste, mas, igualmente, pelo inegável impulso que tem proporcionado a toda aquela região.

Integrando-se àquela comunidade como se ali tivessem nascido os órgãos de divulgação que representa, a sucursal em tela, faz-se merecedora do reconhecimento de seus relevantes préstimos, através do representante nesta Casa, da parcela de população de nosso Paraná que se beneficiou com suas atividades razão pela qual pedimos seja aprovada a presente proposição.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja

enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine o estudo visando a instalação de uma agência, na sede do município de Mallet.

Senhor Presidente, Mallet contava com uma agência bancária que foi vendida para a Rede Bamerindus que também extinguiu-se deixando os moradores de Mallet sem assistência bancária.

Esta nossa solicitação se faz em virtude da necessidade que os moradores tem em virtude à falta de atendimento bancário, dificultando aos aposentados do FUNRURAL e INPS e demais moradores, cuja agência viria suprir tais necessidades.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, no sentido de dotar a Delegacia de Polícia do município de Planalto, de uma viatura.

Curitiba, 01 de outubro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — O município de Planalto é, sem dúvida, um dos mais progressistas do Estado, o que se comprova pelo alto índice de participação na arrecadação estadual.

2 — Em se tratando de município situado na fronteira com a Argentina, os problemas de Segurança são sensivelmente acrescidos.

3 — A viatura, ora solicitada, virá beneficiar os trabalhos policiais de todo o município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Contando perto de 5.000 habitantes, a cidade sede do município de Sabáudia dispõe apenas de um aparelho telefônico, de funcionamento antiquado, instalado no prédio da Prefeitura Municipal. Servem-se do mesmo aparelho, já deficiente para uma só repartição, ou pelo menos do mesmo deveriam se servir a Recebedoria de Rendas Estaduais, os Correios e Telégrafos, a Delegacia de Polícia, as Igrejas, o Ginásio Estadual, o Posto de Saúde, os bancos comerciais, a Câmara de Vereadores, o Grupo Escolar, o sindicato rural, o órgão previdenciário, as empresas comerciais, não havendo, portanto, condições de atendimento público, do referido serviço telefônico, sabendo-se, outrossim, que a zona rural daquela comuna comporta outros 5.000 habitantes.

Em razão do exposto, ouvida a Casa, o signatário da presente, usando de suas atribuições, regimentais, requer o envio de sugestão à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, no sentido de que a mesma, com aproveitamento da aparelhagem atualmente em uso na cidade de Astorga, distante 13 km de Sabáudia, e que será substituída pela instalação dos serviços DDD, haja por bem determinar a instalação de um Centro Telefônico na sede do município de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

e na forma regimental, requer, ouvida esta Casa, seja oficiado ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine com urgência, a construção de mais 8 (oito) salas de aula, no Grupo Escolar Santa Cândida, situado no Bairro do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Diretoria do Grupo Escolar Santa Cândida, tem encontrado sérias dificuldades em atender o número de alunos interessados em matricular-se, não só crianças em idade escolar, mas também jovens que desejam prosseguir em seus estudos.

É que o número de salas é ínfimo em comparação ao número de candidatos às vagas existentes, e que são distribuídas na conformidade de salas que o grupo possui.

É realmente lamentável que isto esteja acontecendo, aqui, no Paraná, é o que é pior ainda, em plena Capital, pois não se pode conceber que um país que proclama a luta pelo seu desenvolvimento, não tenha condições de oferecer às suas crianças e jovens, que são os autênticos alicerces do amanhã, condições de terem, pelo menos, o mais elementar nível de educação.

A Democracia atingirá sua plenitude, junto com a elevação de nível cultural do povo, assim como, inúmeras questões sociais serão resolvidas com a educação, sendo um destas questões, a criminalidade, pois as estatísticas nos mostram que 97 por cento dos crimes são cometidos por gente sem instrução, daí, a nossa preocupação em dar pelo menos a mais elementar instrução às nossas crianças e permitir que nossos jovens deem seguimento aos seus nobres ideais de cultura.

É nosso pensamento que a primeira preocupação do Governo, deve ser alimentar o corpo do homem, seu fim último e absoluto, e a segunda, é alimentar seu espírito, fornecendo-lhe condições de se instruir, e isso, não pode ser negado.

Por isso, ilustres Parlamentares, o nosso pedido é que a reivindicação justa e sobretudo humana dos moradores do Bairro Santa Cândida, seja atendida, e se construa com urgência mais 8 (oito) salas no Grupo Escolar Santa Cândida, pois só assim, haverá condições de atender o grande número de crianças e jovens que lá desejam iniciar e continuar suas vidas dentro dessa complexa roda que gira e se chama competição, força propulsora do desenvolvimento de uma sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, que estude uma forma para aproveitamento dos presos de boa conduta, por órgãos Estaduais e pelas prefeituras Municipais.

Os presos, vêm onerando os cofres da União e dos Estados. Há pessoas que querem ser presas para poderem receber alimentação e pernoite. Assisti há dias, o secretário assinar convênio com a Faculdade de Direito do Paraná, para atender presos. Acho, muito mais justo e humano, dar oportunidade aos presos de bom comportamento.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Deputados para acom-

panhar o 1º Congresso dos Contabilistas do Paraná e a 1ª Convenção Estadual dos Contabilistas a se realizar nesta Capital entre 26 e 31 de outubro corrente.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — O encontro em questão reunirá naquele período, em nossa Capital, grande número de Contabilistas de todo o Estado, bem como, pessoas de renome no setor.

2 — Durante o conclave, serão discutidos diversos assuntos, entre os quais cumpre destacar:

- a — qualidade do ensino profissional;
- b — remuneração profissional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente, requer, o encaminhamento de respeitoso convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, General DIRCEU DE ARAUJO NOGUEIRA, para, na oportunidade de visita ao Paraná, ou em data que considerar oportuna, comparecer a esta Casa, a fim de efetuar explanação sobre o Programa de Futuras Obras do Governo Federal no Paraná, declinando quais as que serão iniciadas a partir de 1976.

O convite encontra ampla justificativa na esperança que o povo paranaense deposita nas providências a serem adotadas pelo Governo Federal, no sentido de evitar o estrangulamento ao desenvolvimento econômico do Paraná, reconhecidamente deficitário em sua rede de transportes.

No âmbito de competência estadual, o Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado, recentemente, fez exposição sobre o programa rodoviário estadual. Há, no entanto, expectativa quanto ao Programa Rodoviário Federal para o Paraná, diante da importância das obras a serem executadas pelo Governo Federal, complementando e integrando a rede de transportes existentes em nosso Estado. O povo paranaense bem avalia a importância da ampliação e melhoria da rede de transportes, como fator de desenvolvimento e progresso, razão por que antecipa a convicção de que o ilustre Ministro, e digno militar, não se furtará à oportunidade de dizer, ao povo paranaense, que o Governo Federal dispensará considerável colaboração ao nosso desenvolvimento econômico, através do Ministério dos Transportes.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 138/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É proibida a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, em qualquer repartição da administração indireta ou direta do Estado.

Art. 2º — As portarias ou resoluções de qualquer repartição que se fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30 dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

1 — A administração pública estadual tem exigido expressamente a apresentação de "atestado do DOPS" de toda e qualquer pessoa que venha a lhe prestar serviço e, em determinados casos, até para matrícula de estudantes. A Secretaria de Educação e Cultura, por exemplo, exige esse documento para a contratação de professores suplementaristas, que são em mais de 12.000 no Estado.

2 — Essa exigência tem constado de leis e resoluções e a sua não satisfação implica na eliminação do interessado do concurso ou contratação, ou na impossibilidade de matrícula do estudante.

3 — Ocorre que a exigência de atestado ideológico, como é esse é inconstitucional e excessivamente onerosa aos interessados.

4 — Moradores das mais diferentes e distantes cidades do Estado são obrigados a se deslocar até Curitiba, com perda de dias de trabalho e com enormes despesas com transporte e hospedagem, para obter esse famigerado atestado, que tem validade por apenas 30 dias. É que o DOPS só existe em Curitiba. Aqui os candidatos a lecionar ou ao ingresso nas escolas sofrem o constrangimento de terem de se locomover em cidade que não conhecem e dentro de repartições que assustam. Para quê? Para obterem "o nihil obstat" de uma repartição que é um verdadeiro fantasma e que é causadora de terror. Mesmo com o terrível poder que tem, sem poder ter, essa repartição é, evidentemente, desaparelhada e inacessível. E o fornecimento, difícil e demorado, desse atestado, representa injustificado ônus financeiro para os interessados.

5 — Essa abusiva exigência, ao lado de onerosa, constrangedora e aterrorizadora, é fundamentalmente INCONSTITUCIONAL e anti-democrática. Pois que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, em seu art. 153, § 6º, estabelece:

"Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência".

6 — A "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DO HOMEM", que o Brasil subscreveu, também é incisiva nessa matéria, quando assevera em seu artigo XI:

"Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente, até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias".

7 — Aliás, esse princípio de que todo homem é inocente até que se lhe prove a culpa é princípio basilar do nosso Direito Penal.

8 — Cumpre observar que o que o DOPS registra em seus arquivos é o que houve e não o que não houve. Não tem o registro de todos os moradores do Paraná, mas daquele que, no seu estreito entendimento, podem constituir perigo à ordem instituída. Assim, quando fornece certidão negativa é porque nenhum registro ali existe. Nesse caso, é inocente, no conceito do DOPS.

9 — Se para admitir professor, servidor, ou conceder matrícula a estudante, o Estado exige a apresentação desse atestado ideológico, o que ele está exigindo, na verdade, é que a pessoa PROVE A SUA INOCÊNCIA, quando se sabe que a inocência não se prova. A culpa, sim, é que deve ser provada. E a culpa, no caso, deveria ser provada pelo Estado, se houvesse, através de processo regular. Aliás, o DOPS não tem poder jurisdicional, não sendo, portanto, competente para fornecer atestado nenhum, de qualquer espécie.

Ele não é juiz e o seu arquivo não é processo regular, onde não houve direito de defesa. Os registros, ali, ficaram a critério de qualquer esbirro.

10 — Poder-se-ia argumentar com a desnecessidade de lei para proibir essa exigência, sob a alegação de ser a mesma incons-

titucional, como realmente o e, e, desta forma, dever o interessado dirigir-se ao Juízo competente para fazer valer o seu direito. Ocorre que, diante da complexidade administrativa dos dias atuais, está havendo uma hipertrofia do poder de polícia. E o furor legiferante é tão acentuado, que fez por perder conteúdo o princípio de não se admitir ignorância da lei.

11 — O que se pretende, com uma lei clara e incisiva dirigida às repartições estaduais, é que um direito individual é inalienável de todo cidadão, seja respeitado, sem que ele tenha de socorrer-se da via judicial, que demandará tempo e despesa.

PROJETO DE LEI Nº 139/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Artigo 80, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 80 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — ...

§ 3º — O exercício de cargos em Comissão, fica vedado aos parentes ou afins, até o 3º grau inclusive dos Prefeitos Municipais nos respectivos municípios, bem como do Vice-Prefeito.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei que ora propomos à consideração desta Casa, tem por objetivo moralizar a administração pública municipal, e dar condições a que, independentemente de influências familiares, possam as Prefeituras se capacitar e dotar nos seus cargos, elementos de capacidade.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 140/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 54, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, (Lei Orgânica dos Municípios), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 — O servidor municipal, no exercício do mandato de Vereador, ficará sujeito à seguinte norma:

Quando o mandato for remunerado, deverá afastar-se do cargo ou função, durante os períodos de sessão, e optar pelos vencimentos ou subsídios, contando-se o tempo de serviço público apenas para fins de aposentadoria e promoção por antiguidade.

Parágrafo único — Poderão perceber os vencimentos e os subsídios de vereador, os funcionários ocupantes de cargo de professor ou Serventuário da Justiça, quando a admissão dos mesmos tenha sido anterior à data da posse no cargo de vereador, e quando houver compatibilidade de horário.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa a estender o benefício da percepção do subsídio de Vereador, quando este desempenha as funções de Professor ou Serventuário da Justiça, e quando estas funções não prejudiquem o desempenho do cargo eletivo.

Com isso estaremos proporcionando melhores condições e ocasionando oportunidades para que os Legislativos Municipais se constituam com elementos mais capacitados ao desempenho das importantes funções de representantes do povo. Estas as razões que consideramos das mais válidas e que por certo merecerão o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 141/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluído no artigo 56, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), o seguinte parágrafo:

“Art. 56 — ...

§ 4º — Recebida a denúncia de que trata o inciso III, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, será a mesma encaminhada, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, à Comissão processante”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O Decreto-Lei nº 201, não fixa prazo para a Comissão processante receber o processo para efetuar a citação do denunciado, o que tem trazido grande prejuízo a vários vereadores que, afastados do cargo pela Presidência da Câmara, ficam à espera da citação, que não é efetuada. Por esta razão ficam afastados do cargo, particamente, por tempo indeterminado. O artigo 5º do Decreto Lei nº 201, dá condições para que a lei estadual estabeleça o rito para cassação de mandato por crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para o Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje, fazemos a esta Casa a proposição de 3 (três) Projetos de Lei, que alteram a Lei Orgânica dos Municípios.

O primeiro — o Vereador, no Estado do Paraná e no Brasil, não exerce mais o mandato gratuito, e a Lei Orgânica dos Municípios, em seu artigo 54, impede o Vereador que seja funcionário público, de acumular os cargos, devendo optar por um ou por outro.

A nossa proposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que altera o artigo 54, dando um parágrafo único, diz o seguinte:

“Poderão perceber os vencimentos e os subsídios de Vereador, os funcionários ocupantes de cargo de Professor ou Serventuário da Justiça, quando a admissão dos mesmos tenha sido anterior à data da posse no cargo de Vereador, e quando houver compatibilidade de horário”.

Uma medida que achamos justa, e que pedimos o apoio não só da Bancada do MDB, mas de toda a Assembléia do Estado, pois é um fato existente em mais de 100 (cem) Câmaras, por este Paraná do meu Deus!

Um outro plano de lei que propomos hoje, que acresce o artigo 80 da Lei Complementar, da Lei nº 2 (dois) de 18 de junho de 1973.

Sabem bem V. Exas., que nas Prefeituras Municipais, os Prefeitos, após a posse, sem critério e sem um conceito moral, admitem, nos cargos em comissão, geralmente, parentes porque consideram que os cargos de confiança devam pertencer a parentes, porque apenas, da confiança dos Prefeitos, são os parentes. E nós, tentando por um paradeiro nisto, acrescentamos o parágrafo 3º ao artigo 80, que diz o seguinte:

“O exercício de cargo em comissão fica vedado a parentes ou afins, até o 3º grau inclusive, dos Prefeitos Municipais dos respectivos municípios, e dos Vice-Prefeitos”.

Achamos que esta alteração é moralizadora e necessária no Paraná de hoje e no Brasil de amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro plano de lei que propomos à Casa, é dos Crimes de Responsabilidade, dos Vereadores e Prefeitos...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o orador, que lhe resta apenas 1 minuto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Obrigado.

... que no caso de denúncia recebida pela Câmara contra um de seus membros, após recebida a denúncia o Presidente da Câmara afasta o Vereador denunciado, e a Comissão processante tem 5 dias para notificá-lo da denúncia, prazo estipulado para que a Comissão processante receba o processo, do Presidente da Câmara.

Então propomos uma alteração que vai obrigar a Presidência da Câmara a entregar o processo ao Presidente da Comissão processante, dentro de 24 horas, para seguir, daí, o rito estabelecido pelo Decreto 201.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tínhamos para esta manhã, e esperamos a colaboração e a compreensão dos Srs. Deputados para o apoio em nossos três projetos, porque achamos justo que o Estado tenha mais estas normas nos corpos de suas leis.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Facci, segundo orador inscrito.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para justificar a apresentação de um requerimento lido já pela Mesa, com referência ao serviço telefônico de Maringá.

(Lendo): “O Serviço Telefônico de Maringá foi implantado pela extinta Sociedade Telefônica do Paraná S/A., conforme contrato de concessão datado de 15 de julho de 1953, sendo poder concedente, o município.

Contava em 1971, com 3.000 terminais automáticos e 500 semi-automáticos, que foram pela TELEPAR substituídos por terminais automáticos, ficando até hoje o serviço telefônico de Maringá, com 3.500 aparelhos, com uma central telefônica, sendo o número de terminais muito aquém da demanda da telefonia em Maringá. A TELEPAR, através da circular, fez ciência aos usuários de Maringá, que os mesmos, se quisessem continuar a utilizar-se dos aparelhos telefônicos que já possuíam a mais de dez anos, oriundos da antiga Sociedade Telefônica do Paraná S/A, seriam obrigados a pagar uma majoração da ordem de CR\$ 3.285,00, residenciais e CR\$ 4.692,00 não residenciais e CR\$ 6.098,00 troncos PABX.

Tais valores, segundo a circular, poderiam ser pagos de 12 até 36 prestações mensais a escolher pelo assinante, sendo, que a menor parcela, para telefones residenciais, seria de Cr \$ 105,00. A majoração, seria uma forma de participação da comunidade, no investimento da nova central de Maringá e que os respectivos valores estariam sujeitos a reajustamentos aos custos totais e finais do projeto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A TELEPAR, pelo fato de haver adquirido todo o patrimônio da antiga concessionária, Sociedade Telefônica do Paraná S/A., tornou-se sucessora desta para todos os efeitos legais.

Verificado os contra os pré-existentis, isto é, os havidos e sacramentados entre a antiga concessionária e a Prefeitura Municipal de Maringá, poder concedente originário e os usuários, já há mais de dez anos, haviam sido cumpridos à risca pelos usuários, de vez que esses haviam pago integralmente a dívida assumida perante a antiga concessionária, nada havendo, obrigando

portanto a TELEPAR, pelo fato de ter assumido ativo e passivo, a respeito da situação jurídica consolidada, OS CONTRATOS SUBSCRITOS E PAGOS HÁ ANOS COM OS USUÁRIOS EM DIA E NADA DEVENDO À ANTIGA CONCESSIONÁRIA.

Inaceitável a pretensão manifestada pela TELEPAR ao tentar fazer com que os usuários de Maringá venham a arcar com o custo aquisitivo de uma nova central para Maringá, ficando ao livre arbítrio da Concessionária a fixação do preço e, o que é mais grave, sem tomar em consideração a circunstância de que os aparelhos telefônicos de Maringá já estão sendo usados já há mais de dez anos. A TELEPAR explorando comercialmente o mesmo ramo de atividade de sua antecessora, a Sociedade Telefônica do Paraná S/A, ao comprar-lhe o acervo, adquiriu o ativo e responsabilizou-se pelo passivo, vale dizer: respeito houve e haverá à situação anterior.

A comunidade maringaense, não aceitando tal pretensão, movimentou-se. A Associação Comercial, os clubes de serviços, suas lideranças comunitárias, enfim, puseram-se a campo, no firme propósito de ganhar esclarecimentos e fazer valer seus direitos adquiridos com relação aos serviços telefônicos. Pouco ou quase nada conseguiram. Estava em Maringá, a convite dos maringaenses, o Sr. Presidente da TELEPAR, ouviu os reclamos dos usuários, falou muito, ouviu muito, mas, continuou a situação anterior.

A TELEPAR cobrará a majoração pretendida. Novas tentativas foram efetuadas e desta vez a TELEPAR resolve ser “boazinha” e baixa o preço para: Cr\$ 2.485,00, o residencial; não residencial Cr\$ 3.892,00 e tronco PABX, Cr\$ 5.298,00. Publica nos jornais da cidade em comunicado, que agride ainda mais a população maringaense, senão vejamos: a tabela acima, somente terá validade para quem assinasse o comprometimento de pagamento até 15 de setembro de 1975. Para quem porventura resolvesse aguardar a solução definitiva do impasse e se porventura a solução for proferida favoravelmente, a TELEPAR, passem, Srs. Deputados, terá o usuário que pagar os seguintes preços: residencial Cr\$ 4.075,00; não residencial Cr\$ 6.161,00 e tronco PABX Cr\$ 8.250,00. Pode-se observar, pelo atraso de UM DIA, teríamos um aumento ou “multa” de cerca de 65 por cento sobre o preço estabelecido.

A TELEPAR a par de pretender ressarcir-se do investimento, não pela tarifa, mas através de uma espécie de empréstimo compulsório, por anunciar a devolução de 85 por cento do total pago pelos usuários em ações da empresa, forma somente permitida à União em casos excepcionais, ainda COAGE os usuários a firmarem os compromissos, forçando-os através de fixação de data fatal para “GOZO” de preços menores, se não bastasse a ameaça de não terem seus aparelhos ligados ao novo sistema telefônico em implantação.

Diz ainda a TELEPAR, que os antigos usuários não são obrigados a participar do novo sistema, porém, a empresa concessionária não estaria obrigada a manter em funcionamento o antigo sistema, e, os que não participarem, terão seus aparelhos desligados.

Onde ficam os direitos adquiridos pelos antigos usuários?

A TELEPAR adquiriu apenas o ativo e não responsabiliza-se pelo passivo da antiga Sociedade Telefônica do Paraná?

Em todas as cidades paranaenses incluídas no plano de melhoria e expansão do serviço telefônico da TELEPAR, está sendo exigida a participação comunitária, na forma instituída em Maringá?

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que como representante de uma parcela da população paranaense e maringaense, e visando a defesa dos direitos líquidos e certos de usuários do sistema telefônico de Maringá, é que proponho à consideração da Casa o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assinado, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1 — Quais as cidades do Estado que estão incluídas no Plano de expansão e melhoria dos Serviços de Telefonia, pela TELEPAR?

2 — A Capital também está entre as cidades beneficiadas?

3 — Em quais as cidades, inclusive Curitiba, está sendo aplicado o Plano de Participação na Melhoria de Serviços, nos moldes do instituído para Maringá?

4 — Caso seja apenas Maringá, a cidade a ser aplicado o "Plano de Participação na Melhoria de Serviços", quais as razões que levaram a TELEPAR a não respeitar os Direitos adquiridos dos usuários de Maringá, cobrando novamente o telefone já adquirido a mais de dez (10) anos?

5 — Sendo apenas Maringá, haveria possibilidade de imediata suspensão de tais cobranças, para somente voltar a TELEPAR a fazê-lo após vencidos todos os prazos de recursos a que tem direito os usuários de Maringá?

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A TELEPAR, a título de "Plano de Participação na Melhoria de Serviços" está obrigando os usuários do serviço telefônico de Maringá, a pagarem importâncias que variam de Cr\$ 2.485,00 até 6.162,00, por aparelho antigo. Como o Serviço Telefônico de Maringá, foi implantado desde 1953 pela antiga Sociedade Telefônica do Paraná, estando os seus usuários rigorosamente em dia por nada estarem devendo à antiga concessionária ou a sua sucessora, e como a penalidade imposta pela TELEPAR é o desligamento dos aparelhos dos usuários que porventura mostrem-se dispostos a fazer valer os seus direitos adquiridos é que elaboramos o presente requerimento, para dar oportunidade ao Governo de esclarecer que em todas as cidades onde estão sendo efetuados melhorias no serviço telefônico, estão sendo cobradas as participações dos usuários, ou se discriminatoriamente, apenas Maringá é que está sendo sacrificada com a medida".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quarta-feira, estivemos na cidade de Ponta Grossa, representando este Poder, no 52º aniversário da instalação da Corporação Militar sediada ali, o 13º Regimento de Infantaria.

Não pudemos, em consequência, ouvir, nesta Casa, a palavra do nobre Deputado Muggiati Filho, cujo objetivo, único e comum, é que todo paranaense, todo brasileiro, seja unido em termos de bem comum. O pronunciamento de S. Exa. teve o respaldo da opinião pública brasileira.

Na última convenção nacional dos dois partidos políticos, Arena e MDB, constamos pessoalmente, pois que aquelas convenções eram realizadas quase que no mesmo prédio, sentimos que o mais alto mandatário da Nação, o homem que é somente o Presidente de honra do Partido, fazia apenas valer suas prerrogativas de arenista, comparecia à convenção desvinculado de sua situação de Presidente da República. Falava, S. Exa., apenas em sentido de convidado partidário. Arguiu aos comandados, a necessidade de implantação e reforma de seu partido político. Fazia sentir, a toda a nação, que sua fala seria apenas no sentido de simples eleitor, de filiado partidário.

No Paraná, houve uma grande diferenciação, e os jornais aí estão para comprovar o fato, está impresso em todas as suas páginas a presença do Governador do Estado do Paraná, Dr. Jayme Canet Junior, onde abriu uma campanha permanente do

Partido da Situação, repetindo S. Exa. no sentido da filiação partidária, no sentido de comparecer a qualquer inauguração na sede do Partido da ARENA no Paraná, como filiado partidário.

O que nós não admitimos e creio que nenhum dos Deputados da ARENA admite, é aquele mesmo pensamento de que a diferenciação de cargos, de que a reforma pela qual vai ser implantada essa administração nacional na pessoa de Ernesto Geisel, está na honestidade de propósitos demonstrada por aquele equiparado feito por Muggiati Filho, desta tribuna.

Temos uma lei eleitoral, nos empenhamos no cargo onde estamos instituídos e é uma coisa maior, mais suprema, que é a administração pública deste Estado.

Não poderíamos de forma alguma, quando comparece a esta tribuna alguém, querer desvirtuar aquela finalidade única que é a justiça, e principalmente a honestidade de propósitos demonstrada pelo nosso líder, não poderíamos de forma alguma faltar no sentido de apoio a esse ilustre Parlamentar que demonstra, acima de tudo, que a coerência política de que é também a nossa, e deixar de compreender a diferença entre Jayme Canet Núnior Governador e Canet Junior correligionário.

Aí está, Sr. Presidente, estaremos nesta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias, para impedir que alguém, demonstrando a força que não possui, que é a força do governo, usando aquilo que não é seu, esteja presente em todos os acontecimentos políticos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrito que estava para o Grande Expediente de ontem, face ao acontecimento que é do conhecimento de todos, não foi possível abordar assunto polêmico e que deveria ser discutido no Grande Expediente. Li, hoje, na coluna do Castelo, o seguinte: "A Reforma do Judiciário. Os atos do Presidente da República corrigindo um erro do Senado, no caso Moreno, e prevenindo a possível ineficiência dos órgãos judiciários na distribuição de justiça a funcionários corruptos, fazem esquecer que no Brasil não são apenas esses dois poderes — O Legislativo e o Judiciário — que funcionam mal. O Executivo padece de vícios tradicionais de difícil correção e em determinado momento, sua degenerescência foi de tal ordem que provocou sua ocupação militar por um prazo que dura já onze anos e meio malgrado a manutenção de mecanismos estruturais do regime".

(Lê): "Sr. Presidente, já na década de 40, afirmava um eminente brasileiro: "a verdadeira revolução será aquela que transformar o Poder Judiciário".

Há poucos lemos o pronunciamento do Sr. Presidente da República, durante a Convenção Nacional da ARENA e, parece não estarmos equivocados ao afirmar pela primeira vez um Presidente tece críticas, em público, ao Judiciário.

Já despreocupado com o outro Poder, o Legislativo, o nosso Poder, totalmente impotente, castrado nas suas iniciativas, diminuído nas suas imunidades, legislando sob uma Constituição outorgada, e assim mesmo, invalidada por atos de exceção, constituído por uma maioria indiferente e subserviente de dinarques, bonifícios, cafeteiras, etc. de ambos os partidos, voltou S. Exa. suas vistas para o Judiciário.

Nada há de estranho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em tal investida num país onde das tribunas das Assembléias, do Congresso, e até mesmo, dos tribunais, ouvem-se, constantemente, vozes a defender a necessidade de um chamado "Executivo Forte", neologismo para "Poder Autoritário" em nome, paradoxalmente, da democracia.

Sobre a necessidade da reforma do Poder Judiciário todos, independentemente de Partidos políticos ou função na vida pública, estão de acordo. Resta, no entanto, Sr. Presidente, considerações sobre o assunto que não foram expendidos pelo Sr.

Presidente da República. É necessário ao falar sobre tal reforma que se identifiquem as verdadeiras causas de uma Justiça custosa, burocratizada e demorada e que, por tal razão, está na afirmação do Sr. Presidente, a justificar o uso de condenáveis atos de exceção.

É de estranhar, Srs. Deputados, que passados onze anos da Revolução de 1964, tais causas ainda não tenham sido detectadas.

A cassação e aposentadoria de Ministros, de Desembargadores, de juízes, de Promotores e de Serventuários, feitas sem o direito de defesa, em nada melhoraram as condições de aplicação da Justiça, a demonstrar claramente que na sua violência, tais atos a nada conduziram.

A suspensão de direitos políticos, como a inamovibilidade, e outros tantos direitos que haviam sido conquistados pelo Poder Judiciário, inerentes aos homens que têm o dever de julgar, criou a insegurança, e algumas vezes, raras é verdade, até a subserviência aos que detêm o Poder.

A aplicação de atos de exceção sem atender a requisitos jurídicos consagrados universalmente, têm, inclusive, premiado muitos corruptos deste país, aos quais a punição como perda de mandatos, de direitos políticos ou de aposentadoria compulsória, passa a ser um alto prêmio, pago por todo o cidadão brasileiro.

E não se queira imputar aos idos de antes de 1964 as falhas do Judiciário. O Supremo Tribunal foi todo renovado. O mesmo ocorreu praticamente em todos os Tribunais dos Estados.

Reformar, sim. Mas, como?

Creemos que nas mãos do Exmo. Sr. Presidente da República estão as primeiras medidas: revogação do Ato Institucional nº 5, convocação de uma constituinte, que ao contrário das anteriores considere o Judiciário com a sua devida importância e tantas outras.

Em nível estadual e na qual temos responsabilidade imediatas: nova lei de organização judiciária, já nesta Casa, e que deve merecer de nós todos a consideração devida; Atenção especial para o tratamento orçamentário dado ao Judiciário.

Permitam-me, Srs. Deputados, apresentar alguns números extraídos do orçamento para 1976, bem como, compará-los com os de outros Estados.

A função judiciária que compreende além do Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, também a Secretaria da Justiça, está neste Estado, decrescendo de ano para ano a sua participação no todo orçamentário do Estado. Em 1974, para o setor judiciário, 4,3 por cento; em 1975, baixou para 3,6 por cento e finalmente para 1976, para o ano que vem, a função judiciária participará no todo orçamentário de 1,8 por cento."

Comparando com os Estados de São Paulo e Pernambuco temos os seguintes números.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre Deputado que está esgotado o tempo que dispunha e concedo mais um minuto para que termine a sua exposição.

OSR. DENI SCHWARTZ — Muito obrigado, já concluirei.

"No Estado de São Paulo o Judiciário participará com 3,2 por cento da arrecadação, em Pernambuco e no Paraná receita com 1,8 por cento.

Comparando com os Estados de São Paulo e Pernambuco temos os seguintes números para o ano de 1976:

São Paulo — Cr\$ 1.452.623.000,00 — 3,20 por cento;

Pernambuco — Cr\$ 109.692.000,00 — 3,6 por cento; e,

Paraná — Cr\$ 235.153.000,00 — 1,8 por cento.

Essa é a razão pelo precário funcionamento da justiça, com foruns só constituídos quando a boa vontade das Prefeituras o permitem. Quando Juízes e Promotores não têm onde residir quando transferidos para o interior, etc. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Osvaldo Macedo, quinto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não faz muitos dias, aqui estivemos para denunciar a atitude mesquinha, inocente e imoral da direção do Ministério Público do Paraná nas pessoas do seu Procurador Geral e do Corregedor Geral do Ministério Público que estaria exercendo pressão sobre o promotor Sérgio Borges da Silva da Comarca de Ibaiti. A denúncia que aqui fizemos e foi anunciado pela imprensa, notadamente em manchete pelo jornal "A Folha de Londrina" no mesmo dia da edição daquele jornal, o Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário da Justiça, assinaram o Decreto nº 1026, de 1º de outubro de 1975, portanto, de anteontem, removendo, por antiguidade Sérgio Borges da Silva do cargo de Promotor da Justiça de Entrância Inicial da comarca de Ibaiti, para a Promotoria de igual entrância, da Comarca de Xambrê. Remoção por antiguidade se faz dois meses apenas que o Promotor Sérgio Borges da Silva, está na comarca de Ibaiti, promovido que foi por merecimento para entrância inicial. Não é, Sr. Presidente, o que se comprova e constata, é que houve perseguição, é que houve uma atitude mesquinha da direção do Ministério Público, talvez a mando do Sr. Governador do Estado e do Sr. Secretário da Justiça. Quem é mais mesquinho nesta hora, quem é menor, quem é mais estreito nesta hora, quem é mais perseguidor, se é quem faz ou quem manda, ou quem impõe medidas de perseguição desta hora, o Promotor Sérgio Borges Silva, que todo o Paraná conhece, é competente, é capaz, é dedicado, estava na Comarca de Ibaiti a exigir eficientemente o cumprimento da lei e tenho para mim que o Ministério Público deve incentivar a eficiência, a competência e não advogar a incompetência, a negligência, a conivência que se está fazendo nesta hora. Os conselhos que foram dados na tarde de ontem na Procuradoria Geral do Estado não são dignos de homens que devem ser de reputação ilibada e saber jurídico e quero denunciar ao Paraná que atitudes como esta depõe sobre homens de vital importância e quero também dizer que a verdadeira face destes homens ainda serão conhecidas mais cedo ou mais tarde neste Estado. A Constituição precisa ser alterada porque mesmo podendo usar do expediente a favor que a Constituição lhe permite qual seja, de promover ou transferir Promotor Público por necessidade de serviço, o Sr. Procurador Geral tem que se envergonhar de sua mesquinha, talvez constrangido, porque estava errado, assim não o fez, e escreveu no Decreto que o Governador assinou, se não foi por sua ordem e conivência, ele também é conivente porque, por antiguidade, se não requereu de uma entrância para outra igual. Acho que nós precisamos com toda urgência alterar a Constituição, para impedir que se faça remoção por necessidade de serviço, tão ampla, colocando nas mãos do Procurador, poderes que ele não pode ter e tirando do Promotor Público a garantia, a segurança que ele precisa ter para exercer a sua função. O Ministério Público não pode ser subserviente à vontade de políticos, não importa que governador seja, não é instrumento para ser usado pelos poderosos de então, mas, para cumprir a lei.

Eu fico a pensar e a temer pelo fato deste Estado de coisas, se o primeiro mandatário e outros homens que têm que cumprir as leis não as cumprem, menosprezam as leis, passam então a receber o menosprezo de todo o Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sexto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A propósito de uma nota que a imprensa publicou acerca da Usina Hidrelétrica de Itaipu, notícia esta que esclarece, ou declina, que estariam sendo dadas de forma contrária, à verdade, possibilitando a interpretação de que haveria intenção dessas

notícias comentadas por gente de Itaipu e se não me engano pelo Departamento Jurídico, de que, haveria intenção nesses pronunciamentos ou nessas falas, em indispor os proprietários daquela área a ser inundada, com a Empresa Binacional. E que não haveria ou não há ainda, qualquer decreto ou lei, desapropriando áreas daqueles proprietários. Mas, confirma que estão havendo indenizações em torno de 14 a 17 mil cruzeiros o alqueire na área do canteiro de obras, e que mais de 30 milhões já teriam sido dispensados àqueles pagamentos.

Queremos apenas fazer um reparo já que ocupamos a tribuna desta Legislativo, para esclarecer a pedir providências acerca de estrada obstruída e trancada por cercas com 5 fios de arame — isto fizemos aqui desta tribuna.

A nota do jornal fala ainda que, após a inundação o preço do alqueire seria aproximadamente de 20 mil cruzeiros e não além desse valor, o que me causa de certa forma, estranheza, porque é voz corrente que o valor e o preço mínimo atual circunda a casa dos 20 mil cruzeiros. Aliás, o preço mínimo seria este, acredito que poucos são aqueles que se dispõem a vender por este preço, nesta base.

Queremos esclarecer, que em nenhum momento ocupamos a tribuna e frisamos isto para que a nossa posição fique bem clara, em nenhum momento ocupamos a tribuna com intuito demagógico e muito menos sensacionalista, e, também cremos, que nosso comportamento social, político e profissional retratam a nossa posição de seriedade e da certeza de que a nossa posição de seriedade e da certeza de que a nossa serenidade objetiva tão somente tem o intuito de equilibrar, de tratar de uma forma mais consentânea com a convivência entre o Poder e o povo para que reine na sociedade do Paraná e do Brasil, um ambiente de justiça e o estado de direito.

Porisso mesmo queremos aproveitar a oportunidade, para esclarecer que, desde que fizemos aqui aquele pronunciamento, cerca de uns 15 dias atrás, relativamente à obstrução daquela estrada, a própria Empresa Binacional, ou o poder competente, mandou abrir novas estradas — ou nova estrada — para o tráfego daquele povo, daqueles colonos que residem naquela área.

Todavia, fizemos um apelo novamente, para que em todos os momentos e em todas as indenizações, sejam feitas com critério, com justiça e com a estrita observância do poder legal que tem também o Poder Público, de dar a cada cidadão, a segurança e a expectativa de que possa receber o valor adequado por suas terras. Porque se há uma valorização dos terrenos daquela região, o Poder Público muito pouco contribui para que eles eles chegassem a alcançar a casa superior a 20 mil cruzeiros.

Deixamos aqui, a clareza da nossa posição pela atenção que as autoridades tiveram em atender a nossa reivindicação e a posição que tomamos acerca de uma melhoria nas estradas daquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Educação deste Estado tem preocupado em demasia esta Casa de Leis.

Haja visto que até uma CPI sobre Educação, inicia seus trabalhos numa ampla investigação das causas e dos porquês, encontrados na nossa Educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Curitiba, vem ocorrendo uma grave anomalia no setor educacional, mormente, na educação física da nossa juventude.

Prolifera na cidade e também no interior do Estado, centenas de Escolas e Academias de judô, Karatê, escolas que em sua maioria, em via de regra são dirigidas por pessoas que não têm os mínimos conhecimentos, o mínimo preparo profissional e educacional para orientar o desenvolvimento físico, orientar uma fisicultura dentro dos moldes de como a ciência e a medicina

requer, São escolas que em via de regra tratam de desenvolver o sentimento do machismo e do narcisismo, e até alguns escritores defendem a tese de que esta prática de desenvolvimento físico quando não bem orientada, serve para que o homem perca a própria masculinidade. Portanto, o que ocorre, é uma irregularidade.

Qualquer cidadão que queira montar uma Academia de judô ou karatê, ou seja lá o que entender como desporto, apenas arranja um imóvel, põe uma placa e passa a fazer funcionamento de sua escola.

Urge, medidas sejam tomadas para coibir esta irregularidade. “Mensana, in corpore sano”, é um princípio que deve ser observado e que deve ser fiscalizado pelo próprio Estado.

Estou propondo à Casa e requerendo que a Secretaria de Educação, através do seu departamento competente, exerça uma fiscalização neste sentido, porque não podemos deixar que a nossa juventude que quer desenvolver essa prática, junto com a sua mente, com o seu organismo, seja vítima de homens ou de pseudo-professores que não têm as condições de um sentido educacional bem orientado. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após manifestação do plenário, requer seja oficiado à Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de que se exerça rigoroso controle e fiscalização sobre as escolas e academias de educação física, halterofilismo, judô, karatê e outras modalidades de atividades físico-sensoriais, tendo em vista a proliferação de tais estabelecimentos, via de regra dirigidos por pessoas sem credenciação legal.

JUSTIFICATIVA:

A proliferação das ESCOLAS e ACADEMIAS de desportos e educação física, via de regra dirigidas por pessoas sem credenciação e preparo profissional, por lidarem quase que exclusivamente com a JUVENTUDE, constitui grave irregularidade no campo educacional. A Juventude não pode ficar a mercê de “pseudo-professores” tendo em vista a facilidade como ela pode ser envolvida por outros caminhos. Que o princípio de “mens sana, in corpore sano” seja respeitado e a fiscalização de se verificar para resguardo dos altos interesses educativos deste Estado”.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.”

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 104/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Cesar Pernet, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 104/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cesar Pernet, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 135/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz" e o Colégio "Catequista de Queluz", com sede e foro na cidade de Guarapuava. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 135/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL PARANAENSE "CATEQUISTA DE QUELUZ", mantenedora do Colégio "Catequista de Queluz", com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 37/75, que acresce parágrafo único que especifica, ao Artigo 94, da Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios). — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 37/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica acrescido ao artigo 94, da Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios), o seguinte parágrafo único:

Art. 94 — ...

Parágrafo único — Não será permitido nenhum contrato para o Magistério Municipal, com salário por etapa, inferior ao salário mínimo vigente na região".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 78/75, que declara de utilidade pública, o Instituto Paulo VI, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 78/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PAULO VI, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 86/75, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa e Educação Ambiental, de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 86/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL — ADEA, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja exercido rigoroso controle e fiscalização sobre as escolas e academias de educação física, halterofilismo, judô, karatê e outras modalidades de atividades física-sensoriais. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão composta de três Srs. Deputados para acompanhar o 1º Congresso dos Contabilistas do Paraná e a 1ª Convenção Estadual dos Contabilistas, a realizar-se nesta Capital. — **APROVADO.**

A Mesa oportunamente designará os Srs. Deputados que comporão a referida comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar a Delegacia de Polícia do município de Planalto, de uma viatura. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine, com urgência, a construção de mais oito salas de aula, no grupo escolar Santa Cândida. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Sucursal, do Oeste da TV Tibati-Canal-11 e aos jornais, "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná", sediada na cidade de Cascavel, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo no tocante à divulgação. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para para o Projeto de Lei nº 92/75. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja enviado convite ao Sr. Ministro dos Transportes, para, na oportunidade de visita ao Paraná, ou em data que considerar oportuna, comparecer a esta Casa, a fim de efetuar explanação sobre o Programa de Futuras Obras do Governo Federal no Paraná. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que seja estudada uma forma para aproveitamento dos presos de boa conduta, por órgãos estaduais e pelas prefeituras municipais. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão à TELEPAR, no sentido de que, com aproveitamento da aparelhagem atualmente em uso na cidade de Astorga, e que será substituída pela instalação dos serviços DDD, haja por bem determi-

nar a instalação de um Centro Telefônico, na sede do município de Sabáudia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramela, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que determine o estudo visando a instalação de uma agência do referido banco, na sede do município de Malet.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente aos serviços da TELEPAR.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 60/75 e de Lei nº 77/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 61/75 e de Lei nº 76/75

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 5/75 e de Resolução nº 62/75.

Levanta-se a sessão.